

## **A construção do ideal de nação no artigo "Dictatorships and double standards" de Jeane Kirkpatrick <sup>1</sup>**

**Autor:** Roberto Moll

**Afiliación institucional:** Docente do Instituto Federal Fluminense e Doutorando do Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUCSP)

**Correo electrónico:** [roberto.moll@gmail.com](mailto:roberto.moll@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo busca analisar como Jeane Kirkpatrick – intelectual conservadora estadunidense que representou os Estados Unidos nas Nações Unidas durante o governo de Ronald Reagan – definiu o que são os Estados Unidos da América (a nação) e quem são os verdadeiros estadunidenses (nacionalistas) em seu artigo clássico, "Dictatorships and double standards", publicado em 1979 na revista *Commentary Magazine*. Parte da ideia de que as nações são comunidades imaginadas e construídas que carregam as percepções de mundo e projetos pretensamente hegemônicos. No imaginário circunscrito nas peças notícias e análises sobre o internacional, como o artigo de Kirkpatrick, as fronteiras delineiam a separação entre o espaço onde reina o racional, o ordeiro, o bom e o civilizado do espaço onde impera a irracionalidade, o caos, o mal e a selvageria personificados nos “outros”. Dessa forma, o medo do “outro” que está do outro lado da fronteira estimula o sentido de pertencimento e a missão para garantir a segurança e a salvação da nação. Aqueles que não se convencem do pertencimento e da necessidade de segurança figuram como elemento externo nocivo, mesmo que, legalmente, sejam nacionais. Com base nessas premissas, pretende mostrar que Jeane Kirkpatrick – ao defender a tese de que as autocracias tradicionais podem alcançar a democratização e a liberalização com ajuda dos Estados Unidos ao passo que as autocracias comunistas totalitárias jamais podem ser democráticas e livres – dá aos estadunidenses o papel de civilizado e a missão de salvar o mundo, compatível com o projeto neoconservador. Assim, os “outros” assumem o papel de bárbaros que podem ser civilizados ou devem destruídos. Os liberais, como o presidente Jimmy Carter, que rejeitam este papel são excluídos do ideal nacional.

**Palabras Clave:** Neoconservadores, Nação, Estados Unidos

---

<sup>1</sup>Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014

## 1 – O Neoconservadorismo nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, por todo o século XX, dentro de um mesmo sistema, setores da elite expressaram e projetaram suas percepções da nação e do mundo. Após a Segunda Guerra Mundial, “Novos conservadores” resgataram o conservadorismo tradicional, religioso, aristocrático e anti-estatista. Acusaram os liberais de terem destruído os Estados Unidos, ao reforçar a atuação do Estado e o igualitarismo, que substituíram os valores tradicionais, da moral, da família e da comunidade. E, como consequência, teriam destruído os laços sociais da civilização. Neste sentido, Richard M. Weaver em *Ideas Have Consequences*, traçou a decadência do ocidente, não só dos Estados Unidos, desde o século XIV, quando, supostamente, os homens abraçaram o Estado moderno e substituíram os valores universais pelo materialismo e pelo racionalismo. Para consertar o erro, deveriam resgatar os valores cavalheirescos. Para isso, a primeira tarefa seria defender o direito à propriedade privada, onde os homens poderiam manter privacidade e encontram refúgio contra o Estado. Por isso, para Weaver, o sul era último bastião da civilização<sup>2</sup>. Peter Viereck, um poeta e professor de história, em *Conservatism Revisited: The Revolt Against Revolt*, defendeu um conservadorismo humanista, pautado por leis e por parâmetros de conduta baseados no cristianismo e em quatro preceitos ancestrais do ocidente: os mandamentos morais e a justiça social do judaísmo; o amor a beleza e a liberdade intelectual helénica; o universalismo e as leis romanas; e o aristotelianismo, thomismo e antinominalismo da Idade Média<sup>3</sup>. Russel Kirk, que não aceitava a alcunha de “novo conservador”, publicou *The Conservative Mind*, onde argumentou que a ideia de perfeição do homem e a ideia de igualdade política e econômica, proeminentes após revolução francesa, eram os maiores males da humanidade porque desestabilizavam a ordem social. Como solução para humanidade, os homens deveriam adotar seis regras do conservadorismo: 1 – a divina providência governa a sociedade, portanto os problemas políticos são problemas religiosos e morais; 2 – a afeição pela vida tradicional, distinta da uniformidade, do igualitarismo e do utilitarismo dos sistemas radicais; 3 – a convicção de que a sociedade civilizada requer ordens, classes e lideranças; 4 - a liberdade e a propriedade são inseparáveis e a igualdade econômica não é progresso econômico; 5 – a tradição pode controlar o impulso anárquico dos homens; 6 – mudança e reforma não são coisas idênticas<sup>4</sup>. Léo Strauss, professor da Universidade de Chicago, publicou *Natural Right and History*, onde acusa Maquiavel e Hobbes de positivarem o Estado e o direito natural e negativarem os valores naturais dos homens, como a individualidade, a hombridade e a família<sup>5</sup>.

No mesmo campo conservador, como reedição adaptada do liberalismo clássico, os

---

2 WEAVER, Richard. *Ideas Have Consequences*: enlarged edition. University of Chicago Press, 2013.

3 VIERECK, Peter. *Conservatism Revisited: The Revolt Against Revolt*. Charles Scribner's Sons, 1949.

4 KIRK, Russel. *The Conservative Mind*. Regnery Publishing, 1953.

5 STRAUSS, Leo. *Natural Right and History*. University of Chicago Press, 1965.

libertários acreditavam que os impostos altos e os gastos excessivos, típicos do liberalismo e do socialismo, prejudicavam a produtividade e incentivavam a dependência e comportamentos perniciosos, como a preguiça e o parasitismo. Estavam calcados, sobretudo, na escola econômica austríaca, de Ludwig Von Mises e Frederich Von Hayek. Para Mises, as economias com intervenção do Estado não conseguiam definir preços e, conseqüentemente, seria impossível definir, racionalmente, como investir o capital na produção. Além disso, em uma economia estatal não existiria divisão do trabalho e, por isso, não existiria cooperação social, elemento fundamental para democracia, liberdade individual e paz entre as nações. Sendo assim, a intervenção do governo na economia, socialista ou reformista, destruiria, de uma só vez, a produtividade e a vida democrática. Por isso, os homens deveriam fazer a escolha entre o capitalismo e o caos. Hayek, em *The Road to Serfdom*, defende a ideia de que o problema central do mundo moderno era a perda de liberdade, entendida como ausência de coerção sobre a vida, o corpo e a propriedade. A liberdade fundamental é aquela que não limita a venda da própria força de trabalho, o uso individual do dinheiro e o direito à propriedade privada. Para ele, a sociedade nada mais é do que uma associação de indivíduos, não existe como entidade coletiva. Por isso, não é possível imputar objetivos, interesses ou direitos a sociedade. Somente os homens, individualmente, podem definir seus interesses e seus objetivos. Os governos reformistas e socialistas tentam definir interesses e objetivos coletivos, conseqüentemente, destroem a democracia e diminuem a individualidade. Assim sendo, Hayek afirma que o planejamento ou a interferência do governo na economia, inevitavelmente, leva ao coletivismo ou ao totalitarismo. Os governos deveriam atuar para preservar a competição, a iniciativa e a propriedade privada<sup>6</sup>.

As diferenças entre os libertários, como Hayek, e os “novos conservadores” eram profundas. Os libertários não davam importância às crenças, aos valores tradicionais e a moralidade. Estes não deveriam definir os objetivos individuais. Por sua vez, os novos conservadores davam pouca importância a economia. Eles não aceitavam o materialismo, o individualismo exacerbado e a economia de livre mercado como um dogma. Inclusive, acreditavam que esses eram alguns dos problemas que degeneravam o mundo e os Estados Unidos. Como aponta Nash, os libertários afirmavam o direito dos homens serem livres; os novos conservadores estavam preocupados com o que os indivíduos deveriam ser<sup>7</sup>. Entretanto, ambos tinham os mesmos inimigos em comum: o comunismo, o socialismo e o liberalismo do *New Deal*.

Mesmo com todas as diferenças, William Buckley Jr., Frank Mayer e M. Stanton Evans arquitetaram a fusão entre os libertários e os “novos conservadores” em meados da década de 1950. Por isso, ganharam o apelido de conservadores fusionistas. Buckley Jr., em *God and Man at Yale*, livro baseado nas experiências como aluno da Universidade de Yale, criticou o corpo docente, que,

6 HAYEK, F. V. *The Road to Serfdom*. University of Chicago Press, 1994.

7 NASH, George. *The Conservative Intellectual Movement in America Since 1945*. ISI Books, 2011.

segundo ele, tentava inculcar o liberalismo e o ateísmo nos discentes. A partir desta crítica, o livro apresentou a defesa dos valores tradicionais, caros aos novos conservadores, e do libertarianismo<sup>8</sup>. *God and Man at Yale* foi o primeiro movimento em direção à fusão e a organização das forças no campo conservador. Em 1955, Buckley Jr. fundou a *National Review* com Meyer, Stanton Evans e outros conservadores. De acordo com esses intelectuais, a liberdade, no sentido libertário, era impossível sem uma prerrogativa moral e um objetivo transcendental. Do mesmo modo, a virtude moral era impossível sem a liberdade, pois, sem a possibilidade de escolha, o Estado imporá suas virtudes e seus objetivos. Evans e Meyer argumentaram inclusive que a liberdade é “divinamente ordenada” e que é impossível sem uma moral judaico-cristã. Neste sentido, Buckley Jr. e seus companheiros consideravam que o Estado liberal violava a liberdade econômica, a liberdade de escolha e por consequência destruía a moral, a dignidade e a autonomia dos homens. O Estado deveria se restringir a zelar a constituição e o sistema federal de divisão dos poderes<sup>9</sup>.

Nas eleições de 1964, libertários e conservadores fusionistas emplacaram a candidatura de Barry Goldwater, pelo Partido Republicano. Durante a Campanha, Goldwater acusou o governo Johnson de tolerar a expansão do comunismo internacional e destruir a liberdade individual dos estadunidenses, impondo programas sociais e direitos civis. Naquele mesmo ano, como senador, Goldwater acusou a Lei de Direitos Civis de inconstitucionalidade, ao alegar que a questão era de responsabilidade dos estados e dos governos locais. Goldwater não venceu as eleições, mas a popularidade da campanha revigorou o conservadorismo nos Estados Unidos, sobretudo no Partido Republicano. No início dos anos 1970, a economia entrou, definitivamente, em um quadro de estagflação, sobretudo devido aos gastos com a Guerra do Vietnã e a crise do petróleo. A crise econômica, entretanto, passou a ser vista como reflexo das políticas liberais de regulação e promoção social. As velhas indústrias do norte e do meio oeste entraram em profunda decadência, mas no Sunbelt, as indústrias de armas, petróleo e tecnologia estavam em pleno vigor. A desilusão com os liberalismos e com o conservadorismo moderado somado à oposição ao comunismo, sobretudo após a descoberta do pacto com Hitler e das atrocidades reveladas no Relatório Krushchev em 1956, promoveu uma nova geração de conservadores, inspirados no libertarianismo e estimulados pela eleição de Goldwater em 1964. Intelectuais como Nathan Glazer, Daniel Bell, Daniel Patrick Moynihan, Jeanne Kirkpatrick, Michael Novak, Irving Krystol, Ben Wattenberg e Norman Podhoretz abandonaram o liberalismo e o comunismo, insatisfeitos com os resultados culturais, políticos e econômicos, e desenvolveram uma nova percepção de mundo, no campo conservador. O socialista Michael Harrington cunhou o termo neoconservadorismo para se referir a este novo tipo de conservadorismo.

---

8 BUCKLEY JR, William F. *God and Man at Yale: the superstitions of academic freedom*. Regnery Publishing, 2012.

9 HIMMELSTEIN, Jerome L. *To the right: the transformation of American conservatism*. Berkeley: University of California Press, 1990. p. 16.

De forma geral, os neoconservadores acreditavam que a interferência do governo na economia e os programas sociais geravam dois problemas graves. Primeiro, os programas sociais garantiam a segurança econômica e como efeito imediato desestimulavam o trabalho e a inovação, portanto afetavam a produtividade e enfraqueciam o país. Para resolver este problema, estavam baseados nas obras de Mises, Hayek e Friedman atreladas as ideias de Peter Drucker e Arthur Laffer. Bem como a trica de economistas, Drucker achavam necessário limitar os programas sociais do governo federal. Para Drucker, as agências governamentais dirigiam os programas sociais de forma autônoma e, sem compromisso com a política nacional, abriam espaço para corrupção e desperdício de recursos. Sendo assim, o governo federal tinha um poder aparente e não controlava, nem conseguiria controlar, todas as atividades governamentais. Por isso, para Drucker, o governo federal deveria se restringir a poucas atividades regulatórias, estabilizadoras e de realocação de renda, enquanto os governos estaduais, locais e organizações privadas deveriam executar e administrar os programas sociais necessários. Laffer, por sua vez, acreditava que a chave para prosperidade de um país era a combinação de redução de impostos, ampliação da base de arrecadação e redução dos gastos do governo, sem necessariamente aumentar a taxa de juros. Em 1975, a teoria de Laffer ficou conhecida como Supply Side Economics.

Segundo, para os neoconservadores, através dos programas sociais e da interferência na economia, o Estado passou a perseguir um igualitarismo pervertido e abstrato e para isso usurpou o lugar da família, da igreja e da comunidade, enfraquecendo esses laços, supostamente, naturais. Como consequência, os jovens passaram a valorizar a leniência, a dependência, o consumo de drogas, a pornografia e o sexo. Tudo isso, aumentou a criminalidade e enfraqueceu os Estados Unidos. Assim, os neoconservadores se colocaram contra a liberação sexual, a pornografia, o aborto e o consumo de drogas. Entretanto, diferente dos novos conservadores, não se opunham a modernidade. Os problemas morais derivavam do Estado totalizante (liberal ou comunista) e não do Estado moderno. Para eles, inspirados em Léo Strauss, era necessário reforçar os valores clássicos ocidentais para prover a base normativa para os Estados democráticos. Neste sentido, o Estado deveria ser apenas um administrador para não invadir o espaço dos indivíduos e das comunidades naturais, como a família.

Logicamente, a ameaça totalitária não derivava apenas das relações sociais dentro dos Estados Unidos. O maior perigo estava no cenário internacional. Liberais e conservadores de todos os matizes reconstruíram os princípios wilsonianos de autodeterminação, livre comércio internacional e pluralismo como elementos fundamentais para conter os soviéticos. Assim, substituíram a hierarquia racial por uma hierarquia cultural e desenvolvimentista, que classifica as sociedades entre “tradicionalistas” e “modernas”, aonde as primeiras estariam em um estágio mais atrasado do que as últimas. Nesta nova métrica, os Estados Unidos continuariam no topo e os países

do “terceiro mundo” ocupariam a base. A eclosão de revoluções socialistas em diferentes partes do mundo ameaçava os interesses do capitalismo estadunidense, cada vez mais internacionalizado. Em meio a este novo mundo, baseados nos estudos de George Kennan, os neoconservadores acreditavam que a União Soviética queria dominar o mundo e destruir os valores da civilização ocidental. A revolução bolchevique apenas havia substituído a crueldade e a imoralidade de um governo, czaristas, por outro, comunista, e o povo russo continuou oprimido. Neste cenário havia pouco espaço para o anti-intervencionismo, ainda que essa posição não tenha desaparecido. Para os neoconservadores, os povos tradicionais poderiam se tornar modernos e evitar o totalitarismo, na medida em que, gradualmente, substituíssem a racionalidade sobre a superstição; a nacionalidade sobre o tribalismo e o etnicismo; e a ciência e tecnologia sobre a agricultura primitiva e técnicas artesanais. Neste processo, as instituições estadunidenses proveriam modelos e experiência em parceria com ditadores locais, que restringiriam a liberdade apenas temporariamente para colocar os países sob controle e afastar o totalitarismo comunistas que restringiriam a liberdade permanentemente. Para isso, os governos estadunidenses deveriam esquecer a ideia de que todas as nações são iguais e abandonar o objetivo de construir a paz com a estratégia não intervencionista.

## **2 – Juntos em direção ao neoconservadorismo: Norman Podhoretz e a Commentary Magazine**

A partir da segunda metade dos 1960, uma fração da elite estadunidense organizou fundações para reunir capital para apoiar e financiar universidades, pesquisas, Think Tanks e meios de comunicação a fim de elaborar projetos políticos nacionais neoconservadores. Entre os meios de comunicação, destaca-se a Commentary Magazine, lançada antes, em 1945, pelo American Jewish Committee (AJC), uma organização conservadora voltada para defesa dos interesses dos judeus nos Estados Unidos. Nos primeiros anos, Elliot E. Cohen era o principal editor da revista. Cohen convidou Robert Warshow, um liberal anti-comunista e ateu, para ser o editor administrativo e outros intelectuais judeus ex-trotskistas e anti-comunistas como Nathan Glazer, Irving Kristol e Daniel Bell para fazer parte da equipe de articulistas do periódico. Sob a editoria de Cohen, a Commentary abordou temas nacionais, mundiais e de interesse específico da comunidade judaica estadunidense. A perseguição e as atrocidades contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial não colocou a Commentary no campo sionista, sobretudo porque não eram fervorosamente religiosos e guardavam heranças pacifistas e socialistas, a despeito da AJC.

Em meio a Guerra Fria, sob ataque dos sionistas radicais e acusações de conspiração judaico-comunista, os articulistas da Commentary, definitivamente, deixaram de flertar com o marxismo e aceitaram amar os Estados Unidos. Para os articulistas da Commenatry, o comunismo não representava progresso social, mas o totalitarismo, o coercitivismo estatal e uma ameaça

ideológica séria. Ao crer que o fascismo estava derrotado, Cohen apontou a mira para o outro inimigo, considerado igualmente perigoso e totalitário. Para ele, a Guerra Fria era uma guerra por corações e mentes entre a liberdade e o totalitarismo. Assim os Estados Unidos deveriam empreender uma guerra ideológica para expandir os valores estadunidenses para o mundo e impedir a vitória soviética. O anti semitismo era uma consequência inevitável de uma União Soviética sem eleições livres, sem liberdade de expressão e fechada e paranóica diante do mundo. Para Cohen e seus companheiros, os soviéticos tinham pretensões imperiais e a detente colocaria a democracia e o mundo em risco. Esta posição em meio a Guerra Fria catapultou as vendas e a popularidade do periódico.

Em 1951, um jovem estudante judeu, Normam Podhoretz, depois de visitar Israel, enviou uma carta para Lionel Trilling, seu professor em Columbia, onde relatou seu desapontamento com os israelenses, caracterizados como ranzinzas, grosseiros e arrogantes ansioso por transformar Israel em uma “Nova Iorque do Leste”. Trilling repassou a carta para Cohen que, através de Kristol, convidou Podhoretz para integrar a o grupo de articulistas da Commentary. Em 1956, Cohen foi internado em uma clínica para curar a depressão. Em 1959, Cohen, ainda em depressão, se suicidou. A AJC convidou Kristol para assumir o cargo de Cohen. Diante da negativa, o comitê convidou Podhoretz. Mesmo sob conselhos contrários, inclusive de Kristol, Podhoretz aceitou assumir a editoria da Commentary. Ainda que tenha se aproximado do judaísmo, encorajado pelo pai a fazer um seminário de teologia judaica, Podhoretz transformou, definitivamente, a Commentary em um periódico de interesse geral sobre os temas contemporâneos, não apenas judaico.

Sob a direção de Podhoretz, a Commentary derivou para dissenso, mesmo com suspeita e afastamento da “New Left”, que se formou nos anos 1960. Podhoretz abandonou o anti-comunismo e o pró-americanismo dos anos Cohen para colocar a Commentary no campo da crítica social nos Estados Unidos. Segundo o próprio novo editor o periódico, em sua nova fase, deveria criticar as instituições e expor suas fraquezas e inadequações para, talvez, liderar e controlar a reconstrução do liberalismo. O primeiro número da revista editada por Podhoretz continha um artigo de Paul Goodman, um intelectual da contra-cultura, pacifista, anarquista e ícone para os jovens da “New Left”. Outros intelectuais de esquerda, fora do status quo liberal, apareceram nas páginas da Commentary na primeira metade da década de 1960, como Norman Mailer, Herbert Marcuse, Marshall McLuhan e Susan Sotang. Podhoretz usou o periódico como caixa de ressonância de demandas por reformas para acabar com a pobreza, melhorar a educação e garantir os direitos civis. O próprio Podhoretz, no celebre artigo “My Negro Problem – and Ours”, da Commentary de fevereiro de 1963, mesmo depois de lembrar que na infância era perseguido pelos negros do seu bairro, sugeriu que a integração de negros e judeus deveria ser total, inclusive através da miscigenação.

Ainda que não tenha se aproximado do comunismo, Podhoretz levou a Commentary para uma posição anti-anti-comunista. Para o novo Podhoretz e a nova Commentary, as suspeitas e os temores de Cohen e dos outros articulistas, de que os soviéticos queriam dominar o mundo e de que as instituições estadunidenses estavam infestadas de simpatizantes comunistas, eram exageradas. Para Podhoretz e seus colegas da Commentary, a política de contenção obrigou os governos estadunidenses a se envolver com outros governos, que não dividiam os mesmos valores e virtudes estadunidenses, mas apenas o anti-comunismo. Anti-comunistas ligados a história da Commentary, como Kristol, Trilling e Bell, acusaram Podhoretz de ser excessivamente condescendente com o comunismo e a União Soviética e muito duro com os Estados Unidos. No início dos anos 1970, Podhoretz e os articulistas da Commentary se juntaram aos estadunidenses que exigiam a retirada das tropas estadunidenses do país no sudeste asiático. A circulação e os lucros aumentaram. A maioria dos anúncios eram de cigarros, bebidas caras, restaurantes badalados, automóveis de luxo e produtos sofisticados.

Sob a editoria de Podhoretz, a Commentary não tinha uma linha editorial clara. O periódico não estava, claramente, na esquerda, na direita ou no centro. Era uma amalgama das três posições. Mesmo a rejeitar um determinado tipo de anti-comunismo, Podhoretz ainda era um anti-comunista, com participação, inclusive, no American Committee for Freedom (ACCF), organização que visava combater a influência do comunismo na cultura estadunidense. A Commentary advertiu os leitores de que a concentração de poder no governo federal poderia levar ao comunismo ou a outro tipo de totalitarismo. Muitos articulistas e editores, inclusive Podhoretz, acreditavam que o governo federal deveria ter uma atuação mínima. Para eles, os governos locais e estaduais deveriam atuar, de forma independente, para resolver os problemas sociais; e os cidadãos sabiam melhor do que o governo federal como gastar dinheiro. De forma geral, eles acreditavam que as estruturas políticas liberais, destinadas a controlar a política interna e a política externa, não funcionaria por muito tempo. nas eleições de 1960, Podhoretz ficou indiferente a Nixon e a Kennedy, por acreditar que ambos eram muito parecidos. Logo, o governo Kennedy atraiu e convenceu Podhoretz e seus companheiros da Commentary. Entretanto, em um momento de crescente atuação do governo federal para combater a segregação e a pobreza, Podhoretz e a Commentary começaram a ver Kennedy e Johnson como um inimigos. Podhoretz e a Commentary se afastaram do movimento pelos direitos civis dos negros, sobretudo porque ficou claro que a demanda era por igualdade de condições e não apenas por igualdade legal. Mesmo quando esteve do mesmo lado dos negros na luta pelos direitos civis, Podhoretz apoiou apenas o objetivo básico legal e constitucional do movimento, nada além disso. Para o editor, a integração racial exacerbava o ódio, que existia por razões históricas, sociais, políticas e psicológicas dos dois lados. Em “My Negro Problem and ours”, Podhoretz criticou a integração e acusou os liberais de serem hipócritas em relação aos direitos civis. A sugestão da



miscigenação era a melhor saída porque seria natural, sem interferência de nenhum governo.

Em 1969, Diana Trilling, esposa de Lionel Trilling – ambos já tinham abraçado o conservadorismo aquela altura – enviou uma carta para Podhoretz para denunciar Mark Rudd, líder do SDS, que prometia destruir o mundo corporativo e universitário. Para Podhoretz e os companheiros da Commentary a “New Left” não só não reergueria o liberalismo, mas destruiria o mesmo. Podhoretz, os editores e os colaboradores da Commentary aumentaram o tom das críticas a New Left, ainda que estivessem do mesmo lado contra a Guerra do Vietnã. Para eles, a New Left estava permeada por ideais infantis, fantasias revolucionárias, autoritarismo e perversão sexual. Mais do que isso, não tinha nenhuma conexão com os trabalhadores e coesão ou coerência interna, a não ser pela oposição ao establishment e ao complexo militar industrial. Como resultado, do ponto de vista de Podhoretz, a New Left representou uma oposição simplista ao sistema, a glorificação da violência como ato criativo e a romantização de líderes autoritários do terceiro mundo, como Gamal Abdel Nasser, Fidel Castro, Ho Chi Minh e Mao Zedong. Eram rebeldes sem causa. A ruptura estava anunciada depois da Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando intelectuais da New Left e os Panteras Negras acusaram Israel de promover um apartheid na Palestina, como uma subpotência imperialista e dominadora, protegida pelos Estados Unidos. Para eles, o anti-sionismo dos movimentos pelos direitos civis e da “New Left” virou anti-semitismo.

No ano seguinte, Glazer publicou, no periódico, um artigo com o título “On Being Deradicalized”, apelidado de “The Confession of Nat Glazer”, anunciou seu afastamento do “radicalismo suave” e sua aproximação do “conservadorismo suave”. Podhoretz declarou guerra a esquerda, que poderia abrir caminho para o comunismo e enfraquecer os Estados Unidos, que teria sua existência ameaçada. Para impedir isso, para Podhoretz, era necessário preservar os valores estadunidenses como, liberdade, civilidade, patriotismo e democracia. Para coroar a mudança de prumo da Commentary, ele convidou Milton Himmelfarb, que acompanhou seu cunhado Irving Kristol em direção ao neoconservadorismo, para fazer parte do corpo de editores da Commentary. A Commentary voltou a ser o abrigo seguro para figuras como Trilling, Bell e Kristol, além de intelectuais “desradicalizados” pelo radicalismo da New Left, como Nathan Glazer, Midge Decter, Michael Novak, David Horowitz, Daniel Patrick Moynihan, Seymour Martin Lipset, Robert Nisbet, Jeane Kirkpatrick, Daniel Bell, Paul Weaver, Robert W. Tucker, Edward Luttwak e Walter Laqueur.

### **3 – Jeanne Kirkpatrick em “Dictatorship Double Standard”**

Em novembro de 1979, Jeanne Kirkpatrick – professora de ciência política da Georgetown University; associada a ala neoconservadora do Partido Republicano e ao American Enterprise Institute, think tank neoconservador, nos anos 1980; conselheira de Ronald Reagan para política externa na campanha presidencial do início daquela década; e membro do National Security

Council e embaixadora dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas no governo de Reagan – escreveu um artigo intitulado “Dictatorship & Double Standart” na Commentary Magazine para alertar aos leitores sobre a incoerência e o fracasso da política externa da administração Carter. Para Kirkpatrick, desde o discurso inaugural de Carter, a União Soviética estava mais forte, com crescente influência no Chifre da África, no Afeganistão, na África do Sul e no Caribe, enquanto a influência estadunidense estava em declínio nas mesmas regiões. Nas palavras da especialista “os EUA nunca tentaram tanto e falharam tanto em fazer e manter amigos no Terceiro Mundo”<sup>10</sup>.

A situação teria piorado meses antes quando os Estados Unidos “sofreram outros dois grandes golpes no Irã e na Nicarágua”, de significado amplo e estratégico. Em cada um desses países, a administração Carter teria colaborado, indiretamente, para que “autocratas moderados amigáveis aos interesses americanos” fossem substituídos por “autocratas pouco amigáveis e extremistas”. Ao avaliar a situação, Kirkpatrick disse que seria muito cedo para afirmar qual tipo de regime se instalaria no Irã e na Nicarágua, mas as coisas, provavelmente, ficariam piores do que melhores, em ambos os países. Reconheceu que o grau de interesse dos Estados Unidos no Irã e na Nicarágua era diferente. A relação com o país do oriente, rico em petróleo e próximo a União Soviética, seria mais importante do que a “república” – com aspas – pobre da América Central. Contudo, reconheceu também que os dois países e os dois governantes tinham muitas semelhanças. Ambos seriam países pequenos lideradas por homens que não teriam sido escolhidos em eleições livres; que teriam aceitado, apenas, oposição limitada; que também teriam sido “confrontados por oponentes radicais e violentos inclinados a revolução social e política”; que, “às vezes” teriam invocado leis marciais para prender, exilar e, “ocasionalmente”, torturar oponentes; que teriam estabelecido “ordem pública” através da força policial, que “dizem” ser muito dura, arbitrária e poderosa; e que teriam exércitos privados. Em resumo, Kirkpatrick diz que ambos são “líderes tradicionais em sociedades semi-tradicionais”. Mais do que isso, a autora reconhece que Somoza e Pahlevi não são apenas anti-comunistas, mas “amigos” que dão suporte aos interesses estadunidenses, ainda que criticados por violar direitos humanos. Segundo ela, “o fato é que o povo do Irã e da Nicarágua apenas intermitentemente aprecia os direitos reconhecidos aos cidadãos nas democracias ocidentais” nunca impediu que sucessivas administrações estadunidenses continuassem a oferecer ajuda, financeira e militar, e suporte aos regimes desses países<sup>11</sup>.

Na perspectiva de Kirkpatrick, embora Somoza e Pahlevi não fossem governantes exemplares, o problema principal era o governo liberal dos Estados Unidos, representado no Partido Democrata e na figura de Jimmy Carter. O esforço deste governo para impor a democratização e a

---

10 KIRKPATRICK, Jeanne. Dictatorship and Double Standards. Commentary Magazine, Nova Iorque, v.68, n. 5, p. 34-45, nov. 1979. p. 34.

11 Ibid, p. 35

liberalização em países que enfrentam oposição anti-estadunidense, como o Irã e a Nicarágua, teria falhado e aberto brechas para regimes que oferecem menos liberdade e segurança e mais hostilidade aos Estados Unidos. Nos dois casos, supostamente, haveria um “padrão familiar”: uma autocracia com laços de amizade com os Estados Unidos é atacada por insurgentes associados ao comunismo internacional; jornalistas liberais questionam a legitimidade da ajuda estadunidense aos “ditadores de direita”; o presidente aponta um emissário que confirma a incapacidade do governo para controlar a situação e recomenda medidas para fortalecer a liberalização do regime; a situação piora, o presidente suspende a ajuda militar e apoia a substituição do ditador de direita por uma coalizão encabeçada por um líder moderado; os insurgentes recusam uma solução política e “espalham a anarquia”; o líder moderado não mostra capacidade para liderança; os militares abandonam a lealdade ao chefe de estado vacilante e dão um golpe em favor de um “fanático”; por fim, na melhor das hipóteses os Estados Unidos perdem o acesso a um território amigo e na pior a União Soviética ganha uma nova base. De todo modo, os Estados amigos perceberão que não podem contar com os Estados Unidos e os Estados inimigos notarão a fraqueza do país. Esse padrão estaria calcado na crença liberal equivocada de que: primeiro, no momento da crise havia uma alternativa democrática a ditadura; segundo, de que a continuidade do status quo seria impossível; terceiro, de que qualquer mudança seria melhor do que a “ditadura de direita”, mesmo um governo revolucionário marxista. Na Nicarágua e no Irã, estes passos teriam permitido a instalação de governos mais repressivos e ditatoriais que as autocracias anteriores<sup>12</sup>.

De acordo com a professora, a aceitação deste tipo de política equivocada era compreensível, uma vez que na “mente educada dos estadunidenses” é possível democratizar qualquer governo a qualquer hora e em qualquer lugar. Entretanto, alerta que os melhores cientistas políticos concordariam que é difícil estabelecer instituições democráticas, sobretudo, porque dependem de condições sociais, culturais e econômicas complexas. Portanto, o governo Carter teria que levar em conta algumas condições, já expressas por Stuart Mill, acerca da população de um Estado aonde a democracia é possível: 1 - estar receptiva a um governo representativo; 2 – estar disposta a fazer o que é necessário para preservação do dito regime; 3 – estar aberta a aceitar os deveres impostos. Ainda, seria necessário que os cidadãos pensassem em si como partícipes das decisões e os líderes de todos os setores da sociedade concordassem em exercer o poder apenas por meios legais. Por isso, “nos poucos lugares em que existe”, os governos democráticos teriam se estabelecido de forma lenta e gradual, com líderes que teriam se acostumado com a oposição, oponentes que teriam aceitado a noção de que precisam vencer, mas não destruir, e pessoas que teriam se tornado dispostas a influenciar e aceitar a influência dos governos em suas vidas. Mesmo com essas dificuldades, algumas autocracias de direita poderiam se tornar democracias, com líderes

---

12 Ibid, p. 35-36

talentosos e desejo popular, sob circunstâncias econômicas, sociais e políticas propícias, diferente de sociedades socialistas ou comunistas<sup>13</sup>

Contudo, para a autora, “os arquitetos da contemporânea política externa estadunidense não fazem ideia de como encorajar a liberalização de uma autocracia”. A política externa da administração Carter para o terceiro estaria focada na modernização e em finais felizes, sem levar em conta os interesses estadunidenses. Segundo Kirkpatrick, para administração Carter, erroneamente, tal modernização envolveria mais do que industrialização e desenvolvimento político, mas um processo pelo qual uma sociedade tradicional se transforma em “uma sociedade caracterizada pela máquina tecnológica, racional e secular”. Esta perspectiva otimista sobre o contínuo progresso humano seria determinista, na medida em que compreenderia que as pessoas e a política teriam pouca influência no resultado final; moralista, uma vez que entenderia a política estadunidense com objetivos morais; e cosmopolita, visto que enxergaria o mundo pela perspectiva das nações em desenvolvimento e não pelos interesses estadunidenses. Em suma, a política externa do governo Carter estaria a identificar a modernização com a revolução e a moralidade, sem levar em conta se se daria por golpe, invasão ou guerra civil. Assim, “os motivos e as intenções das pessoas não seriam relevantes para este paradigma da modernização, tanto como não é para visão marxista da história” e “deste nível de abstração são as forças, mais do que as pessoas, que contam”. Como consequência desta, suposta, visão “determinista e apolítica” dos eventos contemporâneos a administração Carter desencorajaria a ação ativa dos Estados Unidos no mundo e encorajaria a passividade. Ainda pior, alinharia os Estados Unidos com os aliados soviéticos e “extremistas irresponsáveis, como Ayatollah Khomeini”. Kirkpatrick lembra que, por outro lado, o governo Carter não teria se comprometido com a mudança em países comunistas, mostrando princípios de autodeterminação e não intervenção seletivos e um duplo padrão hipócrita e contraditório quando trata a questão. Nas palavras da neoconservadora, “a Doutrina Carter de interesse nacional e modernização encoraja o apoio a todas as mudanças que ganham vida em nome do povo, independente do conteúdo marxista ou anti-americano”. Apoiada na matéria do jornalista Stephen Rosenfeld, assinala que a administração Carter teria assumido o poder não com o objetivo de promover o desenvolvimento internacional a luz da Guerra Fria, mas para aceitar projetos de modernização, mesmo que sejam de grupos revolucionários, independente das ligações que tenham com a União Soviética<sup>14</sup>.

Para Kirkpatrick, em conclusão, a política externa de Carter falha porque carece de realismo para estabelecer uma distinção entre autocracias tradicionais e autocracias revolucionárias e a relação de cada uma delas com os interesses estadunidenses. Autocracias tradicionais tolerariam desigualdades sociais, brutalidade e pobreza enquanto as revolucionárias criariam todas essas

---

13 Ibid, p. 37-38

14 Ibid, p. 39-44

mazelas. Os autocratas tradicionais utilizariam riquezas, poder, status e outros recursos em favor de poucos. Mas, permitiriam o culto aos deuses tradicionais e respeitariam as tradições, sem destruir os ritmos de trabalho, os lugares de residência e os padrões familiares e sociais. Nessas sociedades, a miséria, comum e suportável, ensinaria as pessoas a cooperar e adquirir habilidades e atitudes necessárias à sobrevivência “no papel miserável para o qual estavam destinados”. Estas sociedades não criariam nenhum refugiado. Ao contrário, os regimes comunistas teriam criado milhões de refugiados porque teriam buscado controlar completamente a sociedade e teriam exigido mudanças que violam valores e hábitos internalizados. Na medida em que as autocracias tradicionais permitem uma limitada contestação e participação, não seria impossível que os Estados Unidos promovam o processo de liberalização e democratização com propostas de reformas voltadas para mudança gradual em momentos de tranquilidade. Para a professora, uma política realista que visaria proteger os interesses estadunidenses e assistir a autodeterminação das nações menos desenvolvidas precisaria compreender que as revoluções marxistas não promovem nada a não ser tirania totalitária. Nas palavras da autora: “revolucionários marxistas não são a versão contemporânea dos estadunidenses que escreveram a Declaração de Independência [dos Estados Unidos], e não estarão contentes em uma ampla coalizão em que são apenas uma voz entre muitas”. Acima de tudo, os revolucionários que descrevessem “os Estados Unidos como a praga do século XX, inimigo da liberdade, perpetrador do imperialismo, racismo, colonialismo, genocídio e guerras, não são autênticos democratas”. De forma clara, coloca: “grupos que se definem como inimigos devem ser tratados como inimigos”. Portanto, nenhum problema de política externa seria mais urgente do que formular um programa “moralmente e estrategicamente aceitável e politicamente realista” para lidar com governos não democráticos, que são ameaçados por subversivos sustentados pela União Soviética. Sem uma política assim, os estadunidenses poderiam “esperar que os mesmos reflexos que guiaram Washington no Irã e na Nicarágua determinará as ações americanas da Coreia ao México, com o mesmo efeito desastroso para posição estratégica dos Estados Unidos”<sup>15</sup>.

#### **4 – A nação e a hegemonia na perspectiva neoconservadora de Jeanne Kirkpatrick**

Como observa Benedict Anderson, as nações são “comunidades imaginadas”, pois os membros não se conhecem pessoalmente, mas mesmo assim nutrem e dividem o mesmo sentimento de comunhão nacional. Nas palavras de Anderson, “imaginada porque mesmo os membros das menores nações nunca irão conhecer a maioria dos seus companheiros, encontrá-los, ou mesmo ouvi-los, ainda que nas mentes de cada um exista a imagem da comunhão deles”<sup>16</sup> A imprensa capitalista, com uma gramática vernácula, possibilitou a construção das “comunidades imaginadas”,

---

15 Ibid, p. 44-45.

16 ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the origin and Spread of Nationalism*. New York: Verso, 1983.

através de uma apreensão homogênea e simultânea do tempo e dos acontecimentos. Nos jornais, os homens reconheciam imagens comuns e narrativas coletivas em que diversos relatos, em diferentes partes do globo, formavam uma espécie de romance real, que incluía suas próprias realidades. Dessa forma, o leitor se vê como parte de uma “comunidade imaginada” através da linguagem com um espaço circunscrito e sujeitos nunca vistos, aonde se desenrolam os enredos e as narrativas, que guiam parte de suas vidas. a analogia entre as narrativas jornalísticas, o exterior e a vida do leitor se estabelece de duas maneiras distintas. Primeiro ocorre através da lógica novelesca diária do jornal, reforçada pelo calendário. Quando os leitores recebem as narrativas sobre a vida de outros homens durante um curtíssimo período, que cessa com o fim da notícia, ficam a imaginar a vida daqueles mesmos homens, que vivem no mesmo território ou se distinguem justamente por viverem em territórios diferentes, até que eles reapareçam nos jornais. Isto instiga a percepção de que existem outros homens que vivem simultaneamente a mesma realidade temporal, formando uma “comunidade imaginada”. Segundo, enquanto o leitor lê o jornal e percebe que outros homens, em qualquer parte do planeta, podem estar a ler as mesmas notícias, o mundo imaginável se torna visível, aparente. Assim, imprensa capitalista através da linguagem catalisou novas formas de estabelecer laços fraternais, as “comunidades imaginadas”<sup>17</sup>.

A mídia de massas, sobretudo em sua versão jornalística impressa, é, talvez, o principal vetor de construção da hegemonia porque funciona como caixa de ressonância das ideologias, percepções de nação e de mundo de grupos específicos. Através da linguagem os intelectuais difundem concepções de mundo articuladas e coerentes com a realidade objetiva e subjetiva. As narrativas construídas através das linguagens estão intimamente ligadas aos traços fundamentais dos fatos reais que relata, longe de deformá-los. Portanto, as narrativas são estruturadas de acordo com a própria organização do mundo social, ao mesmo tempo em que é parte estruturante dessa organização real. As narrativas devem ser entendidas como práticas sociais estruturadas e estruturantes. De acordo com Norman Fairclough, o discurso narrativo é uma representação e uma forma de agir no mundo. Por um lado, o discurso é moldado e restringido pelas relações sociais, por outro lado é socialmente constitutivo, pois constrói e constitui o mundo<sup>18</sup>.

Para transformar a linguagem narrativa em ferramenta e arma para construir e disputar a hegemonia, os grupo potencialmente hegemônico tem que incluir algumas necessidades, demandas, interesses, desejos e elementos culturais de classes distintas, dominadas, entretanto, sem macular seus próprios objetivos. Um grupo de homens que queira transformar os objetivos projetados em um projeto amplo precisa elaborar um relato que seja aceito pela coletividade com respostas aos interesses objetivos e subjetivos de outros grupos. Neste sentido, os periódicos jornalísticos não pretendem apenas satisfazer o público, mas buscam suscitar necessidades e desenvolver consenso

---

17 Id.

18 FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e Mudança Social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

entre os leitores. Os periódicos, controlados por grupos com interesses objetivos e subjetivos mais ou menos homogêneos, são os alicerces para construir e difundir um “edifício cultural completo” a fim de compreender e modificar a opinião média da sociedade com críticas, soluções e “novos lugares comuns” pertencentes às ideologias.

A capacidade da mídia jornalística de difundir visões de mundo e projetos políticos para um público amplo é ainda maior em áreas como a política externa. Nos Estados Unidos, paradoxalmente, mesmo nos grandes diários, a política internacional se destaca apenas quando há o envolvimento de setores da sociedade civil estadunidense. Os acontecimentos em locais e situações, que não despertam interesse direto e específico dos estadunidenses são, quase sempre, esquecidos. Preocupadas com os custos operacionais, a maioria dos conglomerados jornalísticos prefere comprar as notícias internacionais das agências de notícias espalhadas pelo mundo com acesso as fontes oficiais, como a Associated Press e a Reuters, do que enviar correspondentes internacionais. Isso possibilita a repetição de uma mesma visão de mundo sobre os acontecimentos nos periódicos do mundo inteiro. Contudo, quando os acontecimentos em outros locais do mundo tomam dimensões globais e podem atingir os interesses estadunidenses, mesmo que não haja participação direta, a imprensa precisa noticiar e passar a mensagem que deseja, sem intermediários, porque precisam representar os governos e as corporações na tentativa de construir consensos acerca das estratégias de política externa. Os próprios grupos proprietários das multinacionais de comunicação atuam em outros setores, com significativa participação em negócios internacionais e em outros países. E, mesmo os meios de comunicação que não guardam nenhuma relação direta com grandes multinacionais estão sujeitos às sanções através do mercado de propaganda<sup>19</sup>.

A mídia jornalística pode amplificar os debates e, mesmo quando não há consenso, pode abrir ou fechar possibilidades de mudança na política externa, ao enquadrar as questões, definir a agenda e influenciar a opinião pública em nível nacional e internacional. Entre todos os acontecimentos que se desenrolam em centenas de países, os repórteres escolhem o que será notícia com base no conhecimento prévio; no que, supõem, que os leitores querem saber; na necessidade de vender a publicação; e no que os editores e os proprietários dos meios de comunicação querem que seja noticiado. Os principais temas são as guerras, os desastres e conflitos, que interessam de alguma maneira a sociedade civil. Mesmo assim, a quantidade de fatos é muito grande. Neste escopo, aqueles que envolvem o país, os aliados, os inimigos ou os vizinhos tem mais chance de virar notícia do que aqueles que acontecem em lugares distantes da posição geográfica e dos interesses das elites estadunidenses. Os fatos que interessam e podem ser traduzidos na lógica “mocinhos versus bandidos” ganham proeminência. Por tudo isso, e por motivos de logística e economia, os fatos são noticiados a partir das capitais ou de onde os editores, proprietários e oficiais

---

19 LOVE, Maryann Cusimano. Global Midia and Foreign Policy. In: ROZELL, Mark. Media Power, Media Politics. Rowman and Littlefield publishers, 2003.

civis e militares permitem. Em situações de conflito ou guerra, principalmente, as forças armadas escolhem quais meios de comunicação podem ter acesso ao campo de batalha e garantem a segurança dos jornalistas em áreas selecionadas. A preponderância relatos de guerras, conflitos e desastres, mesmo em lugares longínquos que interessam a setores da sociedade civil, deixam a percepção de que o mundo é hostil e sem esperança. A paz, dificilmente, é notícia e eventos globais de longa duração, como migração e aquecimento global, são noticiados esporadicamente<sup>20</sup>.

Diante do exterior, frequentemente, as narrativas operam através do “paradigma da soberania”, que funciona através da dicotomia soberania/anarquia e reforça dicotomias como bem/mal, nativo/estrangeiro, eu/outro, racional/irracional, razão/emoção, estabilidade/anarquia, herói/vilão e outros mais, onde o primeiro elemento é positivo ideal e o segundo elemento é negativo ameaçador. Entre positivo e negativo, o enquadramento dentro desses elementos possibilita a normalização, a diferenciação e a hierarquização<sup>21</sup>. Quer dizer, a dicotomia é a fronteira verbalizada, que opõe o que é benigno e o que é maligno, em vários níveis, e é, portanto, fundamental para definição da concepção de nação. Esta, por sua vez, sustenta um projeto político que busca ser hegemônico e legítima a condução da política externa. Sendo assim as narrativas acerca das relações internacionais suscitam, quase sempre, o medo em relação ao outro, externo e negativado, e direta ou indiretamente, conformam o comprometimento dos homens com o ideal nacional, em compromisso com sua própria vida e com a vida dos seus semelhantes. Neste sentido, a política internacional é um vetor de externalização de valores negativos e do perigo e, ao mesmo tempo, de mobilização da população para evitar e controlar os mesmos. Tal estratégia se volta, inclusive, para dentro das fronteiras. Os grupos que desafiam projetos políticos e percepções de nação correntes são considerados elementos exteriores perigosos ou são associados aos elementos exteriores perigosos. De uma forma ou de outra, são caracterizados como um vetor de ameaça a existência da nação e dos indivíduos.

Dessa forma, Kirkpatrick apresentou um mundo anárquico e perigoso, povoado por autocratas em sociedades tradicionais e revolucionários totalitários. Os primeiros, descritos como “moderados e amigáveis aos interesses americanos”, mesmo sem comungar com os mesmos valores e direitos ocidentais, seriam capazes de estabelecer a ordem, justamente, porque respeitam as tradições populares, ainda que, “às vezes”, “ocasionalmente”, “dizem”, agissem com truculência para perpetuar a pobreza, o “papel miserável para o qual [os populares do terceiro mundo] estavam destinados”. Os segundos, caracterizados como “pouco amigáveis e extremistas”, seriam “radicais e violentos inclinados a revolução social e política” associados a União Soviética. Frequentemente mais violentos do que os primeiros, não respeitavam os padrões tradicionais. Portanto, causavam o

---

20 Id.

21 CAMPBELL, David. *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. University Of Minnesota Press, 1998.



caos e/ou o comunismo que poderiam se espelhar pelo mundo. No texto, ambos cumprem o papel de antípodas no paradigma da soberania. Diante deles, os Estados Unidos são uma das poucas democracias modernas do mundo, a “sociedade caracterizada pela máquina tecnológica, racional e secular”, que guarda os valores ocidentais, sobretudo a liberdade. As sociedades autocráticas tradicionais, se bem tuteladas, poderiam, sob determinadas condições, se assemelhar a este modelo ideal estadunidense. Mas, os revolucionários extremistas jamais, uma vez que caracterizam os “os Estados Unidos como a praga do século XX, inimigo da liberdade, perpetrador do imperialismo, racismo, colonialismo, genocídio e guerras” nunca repetirão o modelo e nunca serão “autênticos democratas”.

Contudo, para Kirkpatrick, o problema é que os liberais, representados no governo Carter, não compreendem o ideal nacional e o mundo. Acreditam que todos, a qualquer hora, são capazes de abandonar os traços tradicionais e aceitar a liberalização e a democracia modernas. Por isso, adotam uma estratégia hipócrita de duplo padrão diante das ditaduras, ao dismantelar as autocracias tradicionais amigáveis e preservar os governos revolucionários extremistas, supostamente, contrários a tradição. Tudo isso, sem encarar os motivos e as intenções das pessoas, com a crença determinista que no fim todos terão sucesso. Não sabem que os revolucionários marxistas não são tão bons quanto os homens que escreveram Declaração de Independência dos Estados Unidos. Sendo assim, o governo liberal de Carter, incapaz de compreender a realidade e as diferenças entre os autocratas e suas relações com os Estados Unidos, colocou a nação e o mundo em risco, diante de bárbaros no México, El Salvador, Coreia, Guatemala, Marrocos, Zaire e outros. A única solução seria adotar a política externa estrategicamente e politicamente realista dos articulistas neoconservadores da *Commentary Magazine*, como a própria Kirkpatrick.

### **Bibliografia:**

ABRAMS, Nathan. **Norman Podhoretz and Commentary Magazine: The Rise and Fall of the Neocons.** Continuum, 2011.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the origin and Spread of Nationalism.** New York: Verso, 1983.

BALINT, Benjamin. **Running Commentary: The Contentious Magazine that Transformed the Jewish Left into the Neoconservative Right.** Public Affairs, 2010.

CAMPBELL, David. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity.** University Of Minnesota Press, 1998.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília,

2001.

HIMMELSTEIN, Jerome L. **To the right: the transformation of American conservatism.** Berkeley: University of California Press, 1990.

KIRKPATRICK, Jeanne. Dictatorship and Double Standards. **Commentary Magazine**, Nova Iorque, v.68, n. 5, p. 34-45, nov. 1979.

LOVE, Maryann Cusimano. Global Midia and Foreign Policy. In: ROZELL, Mark. **Media Power, Media Politics.** Rowman and Littlefield publishers, 2003.

NASH, George. **The Conservative Intellectual Movement in America Since 1945.** ISI Books, 2011.

ROBIN, Corey. **The Reactionary Mind: Conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin.** Oxford University Press, 2011.